



JOKANAS AKÂIÉS: EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO, AUTOGESTÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR COM MULHERES PATAXÓ.

Paulo de Tássio Borges da Silva¹

Resumo: A inclusão de indígenas, especialmente de mulheres, sob a abordagem de gênero e etnia, no contexto das ações afirmativas, em diversos programas e políticas públicas, vem exigindo destes segmentos sociais, um associativismo compulsório e formal. Tornando, esse processo complexo, muitas vezes, problemático, quando comparado com as formas tradicionais de organização social nas aldeias e seus mecanismos de tomada de decisão entre as lideranças e clãs. Nesta perspectiva, o trabalho em questão, parte de experiências realizadas com mulheres da etnia Pataxó, no Território Indígena Kai-Pequi, localizado no Sul da Bahia. As experiências apoiaram-se metodologicamente na pesquisa-ação, partindo do acompanhamento de diversas reuniões e assembleias nas comunidades, três oficinas de gênero com mulheres Pataxó, assessoramento e regularização de associações e projetos específicos com mulheres; bem como oficinas de *mãgute* (culinária tradicional Pataxó) e Etnomedicina Pataxó. A inserção nas comunidades norteou-se, com os seguintes objetivos: Fortalecer o processo de revitalização/construção etnocultural Pataxó, promover a segurança alimentar e nutricional nas aldeias envolvidas e aprimorar iniciativas de organização produtiva com o protagonismo das mulheres Pataxó.

Palavras-chave: Mulheres Pataxó; Gênero; Autogestão; Segurança Alimentar.

A proposta situa-se em trabalhos de pesquisa com mulheres Pataxó² do Território Indígena Kai-Pequi, localizado no Extremo Sul da Bahia, particularmente na Vila de Cumuruxatiba, Município do Prado- Bahia. O mesmo faz parte dos trabalhos desenvolvidos nos Projetos: “PUTXOP: Pesquisa Intercultural dos Processos- Produtos Educativos Experimentados na Disseminação do Conhecimento Agroecológico e na Revitalização da Etnoeconomia e da Cultura Alimentar Pataxó” e “Pesquisa Intercultural e Interinstitucional para o Desenvolvimento e Sistematização de Processos e Produtos educativos experimentados na disseminação do conhecimento agroecológico com as Populações Tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos estados de Minas Gerais e Bahia”. Projetos esses de parceria entre o CNPQ, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

¹ Paulo de Tássio Borges da Silva. Mestrando no Núcleo de Pós-Graduação em Educação – NPGED, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão – Sergipe.

² Foi convencionado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), desde 1953 que a primeira letra da grafia dos nomes tribais e ou grupos étnicos deve ser escrita com letra maiúscula, tanto para registrar os substantivos, quanto o adjetivo gentílico e mesmo quando contextualizados no plural, neste caso substantivos e adjetivos não flexionam, dispensando o emprego do “s”.



Como aporte teórico, o conceito de gênero é tratado aqui como um construto histórico-cultural, levando-se em conta o diálogo com a etnologia indígena e seus diferentes trabalhos etnográficos, compreendendo que é impossível a separação do gênero de outras categorias que a ele se interseccionam, como por exemplo, cultura e política (BUTLER, 1990). Tendo este como “[...] um ato ou uma seqüência de atos que está sempre e inevitavelmente ocorrendo” (SALIH, 2012, p. 68). Neste ínterim, o gênero o pré-existe a um corpo, a uma pessoa. É “[...] uma condição epistemológica para a ação social, que é acumulada na carne e nos restos de verdadeiros seres humanos, que têm agência, [podendo] ser feminina ou masculina” (MCCALLUM, 2001, p. 5).

Em autogestão, apropria-se da definição de Catani (2003), enquanto um modo de agir coletivo que está pautado numa ação social de objetivos do grupo. Sendo essa ação fundada na repartição de poderes, ganhos e desafios, com um modo de gestão democrática, em que todos (as) em algum momento tem a possibilidade de contribuir. Por Segurança Alimentar se dialoga com o conceito em legislação que diz:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Art. 3º da lei 11.346, CONSEA, 2004, p.4).

As experiências apoiam-se metodologicamente na pesquisa-ação, partindo do acompanhamento de diversas reuniões e assembléias nas comunidades, três oficinas de gênero com mulheres Pataxó, assessoramento e regularização de associações e projetos específicos com mulheres; bem como oficinas de *mãgute* (culinária tradicional Pataxó) e Etnomedicina Pataxó.

Algumas Perspectivas de Gênero na Etnologia Indígena

Da primeira década do século XXI, até os dias atuais, a etnologia indígena vem desenvolvendo inúmeros trabalhos relacionados às questões de gêneros nos contextos indígenas brasileiros. Dentre esses trabalhos, se destacam as pesquisas de Cecília McCallum (2001) e Belaunde (2001). Cada etnografia vem enfatizando de uma maneira geral, que nos contextos indígenas pesquisados o gênero não é algo dado, mas está vinculado às cosmologias e processos de construção cotidiana. Nesses contextos, é possível afirmar que as pessoas não nascem com gênero, elas o adquirem no decorrer dos seus ciclos de vida, através de suas relações de trabalho, sexo e parentesco (MCCALLUM, 2001; BELAUNDE, 2001).

Em sua etnografia com os Kaxinawá, McCallum (2001) nos mostra que é a partir da construção do corpo, com a menstruação, que a menina tem a aquisição do gênero e seu papel na



organização do grupo. Segundo Souza (2007), “[...] a menstruação tem origem cultural e se relaciona, intimamente, com o parentesco, e com a definição das atividades que serão desempenhadas por homens e mulheres.” (SOUZA, 2007, p. 19). Para os Kaxinawá, é a menstruação a propulsora do desejo e capacidade de se procriar, sendo que os seres só se tornam pessoas a partir da capacidade de procriar e produzir alimentos.

Ao etnografar os Piro, Belaunde (2003) apresenta o processo ritualístico da menstruação, estando este “relacionado com as futuras condições do corpo da mulher e sua capacidade para as atividades produtivas e reprodutivas” (SOUZA, 2007, p. 20). É por meio de reclusões e dietas alimentares que o corpo vai sendo moldado para a constituição do gênero. “O corpo é, portanto, resultado da ação de outras pessoas (parentes), alimentos e plantas, tanto no plano ritual como no cotidiano.” (SOUZA, 2007, p. 20). Logo o gênero também é construído nessa relação de parentesco e sociabilidade.

Soma-se a essa perspectiva de gênero, a partir da fabricação dos corpos, a contribuição etnográfica de Rodriguez (1995), entre os índios Javaé. Para fundamentar sua etnografia, Rodriguez (1995) nos apresenta o mito da origem da menarca para os Javaé:

Dois irmãos resolveram se casar com as duas filhas de um poderoso feiticeiro, duas belas moças que viviam em um tempo em que o mundo ainda estava em transformação. Para isso, teriam que se submeter a uma série de provas, como trazer piranhas vivas ou buscar mel de uma abelha muito venenosa. Os irmãos vencem todas as provas e em conseqüência o feiticeiro concorda com o casamento. Contudo, o pai das moças prepara uma surpresa desagradável aos dois, colocando piranhas dentro do útero das futuras esposas. Após descobrir a armadilha, um dos irmãos introduz no útero das moças uma planta venenosa para matar as piranhas, mas uma delas sobrevive. É essa piranha que, a partir de então, todos os meses provoca sangramento e dores nas mulheres, num período no quais os homens não têm relações sexuais, pois temem a “vagina dentada” de suas esposas (RODRIGUEZ, 1995, 43).

Ao utilizar-se do mito intitulado “vagina dentada”, Rodriguez (1995) nos faz refletir acerca da menstruação como caminho de construção do corpo e dos papéis de gênero. Uma vez que, o período de menstruação não afeta apenas às mulheres, mas aos homens, que sentem medo de manter relações com as mulheres e terem seu pênis mutilado. Voltando-se às etnografias de McCallum (1996) com os Kaxinawá, esta apresenta a menstruação numa ligação com o plano mítico. É esta que promove a ligação entre os humanos e os espíritos. Desta forma, o sangue menstrual é ofensivo aos espíritos das florestas e dos rios, transar com uma mulher no período de menstruação significa tornar-se mau caçador. (MCCALLUM, 1996, p. 167). Na mesma linha de análise, Belaunde (2001) etnografa que o período de menstruação entre os Airo-Pai afeta toda a comunidade, inclusive aos homens que desempenham o papel doméstico. “O cuidado com o mênstruo, por parte das mulheres, é benéfico tanto para elas, quanto para seus companheiros.



Contudo, as prescrições só podem ser observadas, se os homens, durante o período menstrual, assumirem as tarefas femininas” (SOUZA, 2007, p. 23).

No que concerne aos Povos Indígenas da Bahia, temos os trabalhos de Carvalho (1977, 2000, 2006) entre os Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe e os de Viegas (2005) com os Tupinambá, todos localizados no Sul e Extremo Sul do estado. Acerca dos Pataxó, Carvalho (1977) nos apresenta a mulher no subsistema econômico do grupo étnico em questão:

A mulher, além de fundamental bem de troca nas alianças que garantem a existência social do sistema, intervém continuamente em sua reprodução, tanto a nível biológico quanto econômico, e, conseqüentemente social, tal como o homem provê a manutenção e reprodução não apenas de sua força-de-trabalho pessoal, mas também a daquela que biologicamente cria num segundo momento, e, ao fazê-lo, estabelece uma relação com seu parceiro que poderia ser de quase absoluta simetria se não fosse o poder social e político que aquele detém, e que por ela é continuamente reforçado (CARVALHO, 1977, p. 213).

Em minhas etnografias realizadas com os Pataxó desde 2006, venho acompanhando novos papéis e agenciamentos da mulher Pataxó. Até mesmo por sua dinâmica de construção cultural, as mulheres Pataxó tem estado presentes como Cacique, Pajés, dentre outras funções nas aldeias. Há presença de mulheres na chefia de famílias, com ou sem a presença do cônjuge. Ao analisar a possibilidade da homossexualidade sob um “regime de índio”, sendo este entendido como a capacidade de atualizar práticas tradicionais na interação em diferentes arenas culturais, possibilitando certa legitimidade étnica (GRÜNEWALD, 1999), me deparei (SILVA, 2012) com a presença de mulheres indígenas se relacionando entre si, rompendo desta forma, este poder social e político etnografado por Carvalho (1977).

Dos Pingos D’água e do Barro: Surgem os (as) Pataxó, Filhos (as) de Txôpai

Sob o olhar antropológico, o Povo Pataxó³ pertence ao tronco linguístico Macro-jê e à grande família Maxakali, sendo distribuído em 31 aldeias nos Estados de Minas Gerais, sendo uma no município de Carmésia, desde o início da década de 80 e outra no município de Araçuaí, em 2005; as outras estão localizadas no Extremo Sul da Bahia, sendo que 11 aldeias estão no município do Prado, entre Cumuruxatiba e a Foz do Rio Corumbau. Os Pataxó são índios Sul-Americanos, brasileiros, conhecidos como Pataxó Meridionais, diferindo-se dos Pataxó Setentrionais, ou Pataxó Hã-hã-hãe, sendo ambos do tronco linguístico Macro-jê e da família Maxakali.

Segundo a cosmologia Pataxó, seu Povo teria se originado da seguinte maneira:

³ O emprego da categoria Povo ao tratar de indígenas é reconhecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada no Brasil em 1993, admitindo o direito de autodeterminação cultural e étnica nos marcos do Estado Brasileiro.



Em um lugar encantado chamado Juacema surgiu um grande guerreiro “Txôpai” (o criador). Em um dia ensolarado Txôpai provocou um grande temporal na Juacema, onde se formou um imenso buraco. Cada pingo de água que caía no buraco se misturava ao barro dando formas a guerreiros belos e fortes. Os índios saíram do buraco e começaram a povoar e habitar aquela terra sagrada. Era o povo Pataxó. Txôpai, o Deus guerreiro que desceu à terra, ensinou ao povo a sobreviver caçando, pescando, plantando e colhendo. Ensinou a época para cada atividade de acordo com as diferentes fases da lua. Na época da lua cheia, todos sabiam que no litoral era tempo de fatura de peixe e outros frutos do mar. O povo Pataxó aprendeu a viver em harmonia e comunhão com a natureza. (Narrativa do mito de criação Pataxó, na versão de Cristiane Oliveira Pataxó a partir dos relatos dos Pataxó, Jonga, Jovita e Baiara).

A opção em apresentar o Mito de criação do Povo Pataxó, paralelo às informações históricas e antropológicas, parte das considerações feitas por Chartier (2009), quando o mesmo nos diz:

Conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como pedra fundamental a história das representações é, pois, vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos (CHARTIER, 2009, p. 52).

É por não querer legitimar determinadas posições escritas de diferentes ciências, que propositalmente apresentei o Mito de criação do Povo Pataxó, uma vez que considero o mesmo de grande relevância, assim como os apontamentos apresentados pela história e antropologia acerca deste grupo étnico.

Os primeiros relatos sobre o Povo Pataxó vêm de 1577, quando ocorre a entrada de Salvador Correia de Sá, encontrando populações Aimoré nas imediações do Rio Doce, e outras nações onde o mesmo cita como *Patachos, Tapuias, Apuris e Puris* (EMMERICH & MONSERRAT, 1975, p. 05). Outros relatos acerca dos Pataxó são registrados na historiografia indígena brasileira nas primeiras décadas do século XIX. Um é o relato do engenheiro civil Wilhem C. Feldner, em 1813 ao encontrar na Vila do Prado, fundada em 1764, na então chamada política pombalina, criada com o objetivo de proteger a estrada da beira mar dos inúmeros índios que se refugiavam no sertão do Monte Pascoal, capitania de Porto Seguro, um grupo de Maxacali, onde consegue obter dados a partir de informantes Maxakali, quanto aos ritos de enterramento e maneiras de viver. O segundo, é datado de 1816, quando o Príncipe Maximilian de Wied encontra os Pataxó. Eis alguns relatos etnográficos apresentados pelo viajante:

No aspecto externo, os Patachós assemelham-se aos Puris e aos Machacaris, com a diferença de que são mais altos que os primeiros; como os últimos, não desfiguram rostos, usando os cabelos naturalmente soltos, apenas cortados no pescoço e na testa, embora alguns rapem toda a cabeça e deixem um pequeno tufo adiante e outro atrás. Há os que furam o lábio inferior e a orelha, metendo um pequeno pedaço de bambu na abertura (WIED, 1989, p. 214).



Além dos aspectos físicos relatados por Wied (1989), o mesmo descreve uma cena de negociação entre os Pataxó e os moradores da Vila do Prado em 1810, sendo possível observar desde esta data, o escambo Pataxó e as relações com os colonos da Vila.

Eram tribos Patachós, da qual eu não tinha visto nenhuma até então, e haviam chegado poucos dias antes das florestas, para as plantações. Entraram na vila completamente nus, sopesando armas, e foram imediatamente envolvidos por um magote de gente, traziam para vender grandes bolas de ceras, tendo nós conseguido uma porção de arcos e flechas em troca de lenços vermelhos (WIED, 1989, p. 214).

A partir dos relatos do viajante, “[...] podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2007, p. 100).

Os Pataxó do Território Kaí - Pequi

O Território Kaí- Pequi localiza-se na região dos Municípios do Prado e Itamaraju. A presença Pataxó na Vila do Prado pode ser evidenciada na carta de Carlos Fraser, proprietário da Fazenda Caledônia, na Vila do Prado que relata em 1811 ao governador da Capitania da Bahia a presença Pataxó em sua fazenda.

E com ânimo de estimular-lhes a sair do mato em maior número eu lhes correspondi com toda demonstração de amizade possível com gente de cuja língua nenhuma palavra entendia, pois eram da nação Pataxó, que é a mais numerosa e guerreira de todo o Brasil, depois dos Botocudos (FRASER, 1811).

O Povo Pataxó do Território Kaí-Pequi vive imemorialmente numa região (Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva) que conseguiu até certo ponto lhe dar uma proteção, uma região geograficamente estratégica que se tornou um refúgio aos massacres a que foram submetidos até meados dos anos 70. Atualmente Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva se apresentam como grandes pólos de desenvolvimento turístico, atraindo redes de hotéis e *resorts*, que nem sempre caminham com a qualidade e melhoria de vida para as populações nativas do lugar. Pelo contrário, tais empreendimentos não raro, vêm contribuindo para pressioná-los ainda mais aos processos integradores. No Território estão localizadas as aldeias: Tiba, Pequi, Matwrëbá, Kaí, Alegria Nova, Monte Dourado, Craveiro, Tawá, Corumbauzinho, Águas Belas, Aldeia Nova e a Aldeia Urbana Cumuru Pataxó recém reivindicada pelos (as) Pataxó que vivem na Vila de Cumuru. Neste espaço, convivem neste espaço com os impactos da especulação turística da região, os conflitos com a Unidade de Conservação (UC) do Parque Nacional do Descobrimento (PND) e fazendeiros.

Autogestão e Segurança Alimentar entre as Pataxó



A inclusão de indígenas, especialmente de mulheres, sob a abordagem de gênero e etnia no contexto das ações afirmativas, em diversos programas e políticas públicas, vem exigindo destes segmentos sociais um associativismo compulsório e formal. Este processo se torna complexo, muitas vezes, problemáticos, quando comparados com as formas tradicionais de organização social nas aldeias e seus mecanismos de tomada de decisão entre as lideranças e clãs.

Foi a partir desta preocupação que se iniciaram os trabalhos com as mulheres Pataxó, nos projetos citados mais acima. As mulheres participantes do projeto em questão eram mães, filhas e avós, desenvolvendo as mais variadas funções na aldeia (donas de casa, professoras, agentes de saúde, pajés, dentre outras). Algumas tinham como objetivo apenas dominar a máquina de costura e consertar as roupas rasgadas da família, outras perseguiram o desejo de montar uma associação de mulheres Pataxó, que promovesse a geração de renda das mulheres e melhorasse o cotidiano de suas vidas e da família (segurança alimentar). Desta forma, as atividades consistiam em oficinas de corte e costura e formação em associativismo para as aldeias Tibá, Kaí, Pequi, Monte Dourado, Alegria Nova, Corumbauzinho e Craveiro (ambas localizadas no Território Indígena Kaí – Pequi).

O trabalho se deu com acompanhamento de diversas reuniões e assembléias, refletindo com as comunidades como inserir uma associação formal nas dinâmicas internas de organização de cada aldeia, sem gerar conflitos e competições internas entre suas lideranças. Sem cair-se na armadilha das sobreposições de poderes entre as associações e os modos próprios de organização interna das aldeias. Nestes momentos, atividades de capacitação foram realizadas, para a apropriação de rituais e formalidades (assembléias, livros de registro, diretoria, aspectos legais), com o foco neste objetivo, foram realizadas três oficinas com mulheres, assessoramos a regularização formal e registro de duas associações.

Nas oficinas com as mulheres, a preocupação com a família e os rumos da comunidade era constante, saindo em falas dos tipos: “Eu quero que não falte comida pra minha família e pra aldeia”, “quero paz pra minha aldeia”, “ser mulher Pataxó é ser forte”. As falas das mesmas, somadas às iniciativas de autogestão (associação de mulheres), segurança alimentar e nutricional (etnomedicina, técnicas agroecológicas em horticultura diversificada e criação de animais) evidenciam papéis e agenciamentos enquanto mantenedoras das aldeias.

O protagonismo das mulheres indígenas, em particular, das mulheres Pataxó, com suas táticas autogestionárias, é uma constante em sua construção de gênero. Mobilizações são organizadas em diferentes regiões do estado, reunindo indígenas de diferentes etnias que se propõem a discutir os problemas e desafios de suas comunidades; bem como o papel da mulher



indígena diante desses desafios. Dentre os exemplos estão os encontros de mulheres indígenas Pataxó, espaços de socialização e construção de políticas públicas para as mulheres indígenas, que vem sendo realizados com o apoio de Universidades, da Fundação Nacional de Amparo ao Índio – FUNAI e Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Os encontros ocorrem dentro dos territórios indígenas, sendo estes organizados por diferentes grupos de mulheres das aldeias.

Diante do exposto nesta tessitura, é possível perceber quão desconhecidos são os cotidianos das mulheres indígenas no território brasileiro, o que nos leva a questionar como vem sendo construídas iniciativas de políticas públicas para essa população em nosso país. Diante da falta de dados acerca dessas populações, o que prevalece muitas vezes são concepções “alienígenas” e colonialistas, não levando em conta as diversas construções de gênero das populações indígenas e os agenciamentos específicos das mulheres de cada povo.

Trabalhos e projetos como esse financiado pelo CNPQ, são exceções em meio a editais de pesquisa formatados e fechados em gabinetes. Verdadeiras algemas para o pesquisador que se vê diante de realidades que requerem ritmos diferenciados dos prazos estipulados pelas agências de fomentos, uma vez que compreender a lógica de cada povo, suas relações de gênero e parentesco demanda tempos e convivências específicas entre pesquisadores (as) e pesquisados (as).

Referências

BELAUNDE, Luisa Elvira. *Viviendo Bien: género y fertilidad entre los Airo-pai de la Amazônia Peruana*. Lima: CAAAP/BCRP, 2001.

BELAUNDE, Luisa Elvira. “Yo solita haciendo fuerza”: histórias de parto entre los Yine (Piro) de la Amazônia Peruana. In: *Amazônia Paruana*, XIV, n. 28-29, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia da trocas simbólicas*. 5 ed.. São Paulo: Perspectiva, 2007. Sérgio Miceli (org).

BUTLER, Judith. *Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge: Chapman & Hall, 1990.

CARVALHO, Maria do Rosário G. de. *Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico*. Salvador: UFBA, 1970 [1977]. (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, Maria do Rosário. *Ideologia e Consciência de Gênero Feminino em um contexto de exposição étnica: o caso da Reserva Caramuru-Paraguassu, sul do Estado da Bahia*. Projeto de Pesquisa CNPq. Salvador: UFBA, 2006.

CARVALHO, Maria do Rosário; SOUZA, Jurema Machado de A.. *Raça, Gênero e Classe em perspectiva comparativa: nordeste do Brasil e Amazônia ocidental*. Anais do I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença: articulando gênero, raça e classe. Salvador: UFBA, 2000.

CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.



CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. (Tradução de Cristina Antunes). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONSEA. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, Julho de 2004.

EMMERICH, Charlotte & MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: novas lingüísticas. In: *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia, nº. 3. Rio de Janeiro, 1975.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os "Índios do Descobrimento"*: tradição e turismo. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, (Tese de Doutorado), 1999.

MCCALLUM, Cecília. Morte e Pessoa entre os Kaxinawá. In: *Mana*. 2. Rio de Janeiro: Contracapa/PPGAS-Museu Nacional/UFRJ, 1996.

MCCALLUM, Cecília. *Gender e Sociality in Amazônia*. How Real People are Made. Oxford: Berg, 2001.

OLIVEIRA, Cristiane Maria de. (Jandaia Pataxó). *Niotxarú Hitap Pataxó*: revitalização cultural, memória e resistência na visão dos troncos velhos da cultura Pataxó. Salvador: SEC-BA (Monografia Magistério Indígena Nível Médio), 2011.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Alguns aspectos da construção do gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal. In: *Cadernos Pagu*. Vol. 5. Campinas: UNICAMP, 1995.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. (Tradução de Guacira Lopes Louro.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Há Lugar para a Homossexualidade num "Regime de Índio". In.: *Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. Salvador: UFBA, 2012.

SOUZA, Jurema Machado de A. *Trajetórias Femininas Indígenas*: Gênero, Memória, Identidade e Reprodução. Salvador: UFBA, 2007. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

VIEGAS, Susana de Matos. *Socialidades Tupi*: identidade e experiência vivida entre índios-caboclos (Bahia/Brasil). Universidade Coimbra, 2003. (Tese de Doutorado em Antropologia Social e Cultural)

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

APEB-Arquivo Público da Bahia. *Correspondência do Inglês Carlos Fraser para o Governador da Capitania da Bahia*. Colonial e Provincial, Registro de Correspondências Recebidas, maço 219 (08/06/1811).



Jokanas Akâiés: experiences of gender, self-management and alimentary safety with pataxó womem

Abstract: The inclusion of indigenous people, especially women, under the approach of gender and ethnicity, in the context of affirmative actions, in several programs and public policies, it is demanding from these social segments a compulsory and formal associations: making that a complex process, often problematic, when compared with the traditional forms of social organization in villages and their mechanisms of decision between the leaderships and clans. In that perspective, this study comes from experiences conducted with women from Pataxó ethnicity, at Kai-Pequi Indigenous Territory, located in southern Bahia. Methodologically, the experiences relied on research-action, based on monitoring of several meetings and assemblies in communities, three gender workshops with Pataxó women, advice and regulation of associations and specific projects with women; as well as mângute workshops (traditional Pataxó Cuisine) and Ethnomedicine Pataxó. The insertion in the communities was guided with the following objectives: To strengthen the process of revitalization/ethnocultural Pataxó construction; to promote the alimentary and nutritional safety in the villages involved and to improve initiatives of productive organization with the protagonism of Pataxó womem.

Keywords: Pataxó Womem; Gender; Self-management; Alimentary safety.